

FUNDAMENTOS TEÓRICOS PARA O ENSINO DA LEITURA*

José Luiz Fiorin
Universidade de São Paulo

A análise do discurso surge num momento em que a Lingüística vive uma crise epistemológica. Durante algumas décadas, os lingüistas aceitaram que o objeto de sua ciência seria a *língua* (a *langue* saussuriana ou a *competência* chomskyana) e não se ocuparam de certos aspectos da linguagem não pertencentes à *langue*. No entanto, a reflexão sobre a linguagem inserida em determinadas condições históricas faz que os lingüistas comecem a perceber as insuficiências e a estreiteza do objeto de sua ciência. Novos problemas começam a ser debatidos: o do uso da linguagem, o dos atos da fala, o da contextualização, o das relações entre linguagem e sociedade, o das condições de produção do discurso, o da argumentação, o da enunciação, o da textualização... O número de novas questões que se discutem é enorme. O fato de essas questões acrescentarem-se ao já clássico objeto da Lingüística como espécies de anexos mais ou menos heterogêneos é que indica a crise epistemológica por que passa a ciência da linguagem.

Em geral, os projetos teóricos que se ocupam da análise do discurso visam à análise do componente ideológico investido na linguagem ou ao estudo dos mecanismos de produção do sentido e dos expedientes de textualização. Uma teoria geral do discurso (que está por ser elaborada) deve conciliar ambos os objetivos, pois, se de um lado, o discurso tem mecanismos internos de estruturação que são relativamente autônomos em relação às formações sociais, de outro, está sujeito às coerções sociais. Uma teoria do discurso precisa ter dupla face: uma voltada para os mecanismos de produção do sentido e outra para a formação social em que se insere o discurso. Isso quer dizer que o discurso é, ao mesmo tempo, determinado e relativamente autônomo. Levar em conta esses dois fatos aparentemente contraditórios implica distinguir níveis e dimensões do discurso em que a determinação ideológica está presente e níveis e dimensões que são

* Trabalho apresentado por ocasião do XIII Semana de Letras, realizada na UFSM, em novembro de 1990.

relativamente autônomos em relação às formações sociais. Cabe lembrar que os clássicos do marxismo admitem a existência, na linguagem, dessa relação dialética entre autonomia e determinação. Em *A ideologia alemã* (1968), Marx e Engels afirmam que

não se pode fazer da linguagem uma realidade autônoma, como os filósofos idealistas fizeram com o pensamento, pois nem o pensamento nem a linguagem constituem domínios autônomos, uma vez que ambos são expressões da vida real (p. 489-490).

Engels, em carta a Bloch datada de 21/09/1890, diz que nem todas as alterações que ocorrem nas instituições sociais se explicam por causas econômicas e exemplifica essa asserção com a mutação consonântica do alto alemão, que se dá por razões internas ao sistema fonológico.

O projeto semiótico greimasiano construiu, para explicar a produção do sentido, um modelo, que concebe a geração da significação como um percurso constituído de investimentos de conteúdo dispostos em patamares sucessivos, indo dos investimentos mais simples e abstratos até os mais complexos, mais concretos e figurativos, de tal maneira que cada um dos patamares possa receber uma representação metalingüística explícita. Esse modelo pretende mostrar a marcha que vai das estruturas *a quo* da significação até as estruturas *ad quem*. É um modelo que, da superfície à profundidade, mostra níveis de invariância crescente do sentido. Com efeito, depois da distinção chomskyana entre estrutura profunda e estrutura superficial, não se pode mais ignorar que, na linguagem, uma mesma estrutura profunda manifesta-se de diferentes maneiras e que, portanto, sob as múltiplas diversidades da superfície o analista encontra regularidades, invariâncias. Assim, por exemplo, sempre que um sujeito realiza uma performance, ele o faz porque está dotado de uma competência (um saber e/ou poder-fazer). O poder-fazer pode aparecer figurativo de diferentes maneiras no nível de superfície. Será o anel mágico, a espada mágica etc. num conto de fadas; será a aprovação no vestibular, quando se narra a matrícula de alguém num curso superior. A busca do objeto-valor "liberdade" pode ser tematizada como "direito à diferença" (cf. o discurso de minorias sexuais), como "superação de um determinado modo de produção em que uma classe explora a outra" (cf. o discurso dos partidos que representam os trabalhadores numa sociedade capitalista), como "evasão temporal", figurativizada, por exemplo, pela volta à infância, pela ida para regiões "exóticas" (cf. o discurso dos escritores da primeira fase do romantismo).

A distinção entre o elemento semântico mais abstrato e suas concretizações possíveis fará que o analista não incida no erro de considerar indistintos os mesmos elementos sêmicos que aparecem em discursos diferentes. Assim, por exemplo, não se podem considerar idênticos todos os discursos em que se fala da busca da liberdade. É preciso verificar como cada um tematiza e figurativiza a liberdade para dizer que se trata de discursos idênticos. É necessário ver de que liberdade trata cada um dos discursos. No período da ditadura militar, os brasileiros estavam divididos em dois grupos: democratas e anti-democratas. Todos os elementos do primeiro grupo diziam, em seu discurso, estar à busca da democracia. Não era preciso tematizar a democracia. Começada a transição democrática, chegou a hora de concretizar esse elemento semântico abstrato. Não basta mais estar do lado da democracia, é preciso dizer que democracia é que se quer. Nesse momento, verificamos que a unanimidade anterior se rompe e que buscamos uma democracia muito diferente daquela por que trabalham certos liberais que, um dia, saudamos como "grandes tribunos do MDB".

O percurso gerativo de sentido tem três patamares: o nível profundo, o nível narrativo e o nível discursivo. Cada um desses patamares possui um componente sintático e um componente semântico. O primeiro estuda o modo de existência das relações semânticas (subcomponente morfológico) e seu funcionamento no discurso (subcomponente sintático propriamente dito). O componente sintático descreve o conjunto de relações que se estabelecem entre as classes sintagmáticas, independentemente dos investimentos semânticos que constituem uma organização autônoma. O componente semântico é o dos investimentos de sentido que se fazem nas relações sintáticas abstratas. Essa sintaxe não é, no entanto, puramente formal, mas tem um caráter conceptual.

Podemos esquematizar o percurso gerativo de sentido:

ESTRUTURAS SÊMIO-NARRATIVAS

	Componente Sintático	Componente Semântico
nível fundamental	Sintaxe fundamental	Semântica fundamental
nível narrativo	Sintaxe narrativa	Semântica narrativa

ESTRUTURAS DISCURSIVAS

Sintaxe discursiva	Semântica discursiva
Discursivização actorialização temporalização espacialização	Tematização Figurativização

É evidente que esse modelo construído pela teoria não pretende explicar a geração empírica do sentido, o modo efetivo de produção da significação. Os patamares previstos no modelo são níveis metalingüísticos, que se articulam uns nos outros e que se convertem uns nos outros. O modelo é, na afirmação de Denis Bertrand, um "*simulacro metodológico*" (1984, p. 8), que decorre da percepção do fato de que um mesmo elemento da estrutura profunda pode aparecer de múltiplas maneiras num nível mais superficial.

Esse modelo leva à distinção de três ordens de problemas diferentes: as estruturas sêmio-narrativas, as estruturas discursivas e as estruturas textuais. Analisemos um pouco cada uma dessas ordens de problemas.

As estruturas sêmio-narrativas têm dois níveis de profundidade: o profundo e o narrativo. Cada um deles possui um componente sintáxico e um componente semântico.

O componente sintáxico do nível profundo tem dois subcomponentes: um morfológico e um sintáxico propriamente dito. O primeiro constitui um modelo de existência da significação, que se apresenta sob a forma do quadrado semiótico. Este é a representação visível da articulação lógica de uma categoria sêmica. Com base no postulado saussuriano de que na língua não há senão oposições, verifica-se que a estrutura elementar de significação contém dois termos em relação de contrariedade (a vs b). Entretanto, para que seja apreendida a oposição entre dois termos, é preciso que eles tenham algum elemento em comum. Assim, os termos contrários repousam num eixo semântico. Aplicando-se aos termos contrários uma operação de negação, obtêm-se seus contraditórios (\bar{a} vs \bar{b}), que também estão em relação de contrariedade entre si. O contraditório de a (\bar{a}) implica b e o contraditório de b (\bar{b}) implica a. Está constituído, assim, o quadrado semiótico. Quando se unem os termos contrários (a + b), constrói-se um termo complexo e quando se englobam os subcontrários (\bar{a} + \bar{b}), forja-se um termo neutro. O mito parece ser sempre a união de contrários ou de subcontrários. No universo

mítico cristão, Maria é, por exemplo, um termo complexo, pois une a maternidade e a virgindade, enquanto os anjos são termos neutros, pois englobam a não divindade e a não humanidade.

O subcomponente sintáxico propriamente dito opera na dimensão sintagmática do discurso. Compõe-se de duas operações básicas: a negação e a asserção. O discurso segue um dos dois percursos: afirmação de a, negação de a (\bar{a}), afirmação de b; afirmação de b, negação de b (\bar{b}), afirmação de a.

A semântica fundamental aparece como um inventário de oposições sêmicas. Essas oposições são sobremodalizadas pelas articulações da categoria tímica: /euforia/ vs /disforia/, transformando-se, então, em valores.

No romance *A cidade e as serras*, de Eça de Queiroz o narrador trabalha basicamente com a oposição sêmica /civilização/ vs /natureza/. No final do romance, verifica-se que civilização é o termo disfórico e natureza, o termo eufórico. O percurso sintagmático fundamental é: afirmação da civilização (vida em Paris), negação da civilização (momento da chegada de Jacinto a Portugal, em que ele descobre que as caixas enviadas de Paris se tinham extraviado), afirmação da natureza (descoberta do valor das coisas simples em Portugal).

Os elementos do nível fundamental são retomados pelo nível narrativo, que é constituído de um conjunto de estados (relações de um sujeito com um objeto) e de transformações (alteração da relação do sujeito com o objeto). A conversão do nível fundamental para o nível narrativo faz tornarem-se menos abstratas as categorias semânticas do nível fundamental. Os elementos sêmicos do nível fundamental são inscritos nos objetos do nível narrativo. Por exemplo, no romance de Eça que mencionamos, a civilização disfórica é o tédio, a doença e a infelicidade, enquanto a natureza eufórica é a alegria de viver, a saúde e a felicidade. O sujeito em conjunção com a civilização está em relação conjuntiva com o tédio, a doença e a infelicidade e, por conseguinte, em disjunção com a alegria de viver, a saúde e a felicidade. No percurso narrativo, essa relação inverte-se. A semântica narrativa trata dos valores inscritos nos objetos. Esses valores podem ser modais ou culturais, subjetivos ou objetivos. A sintaxe narrativa contém as operações de transformação de estados.

O segundo grupo de problemas suscitados pelo modelo são os referentes às estruturas discursivas. A sintaxe discursiva descreve as operações de actorialização, de temporalização e de espacialização, que inscrevem os enunciados narrativos em coordenadas espaço-temporais e revestem os papéis narrativos, como sujeito e objeto, de

atores discursivos. Isso se faz pelos mecanismos da enunciação. Nesse nível, colocam-se os problemas da relação enunciador-enunciatário, como, por exemplo, as estratégias argumentativas. As operações da sintaxe enunciativa visam a criar efeitos de sentido de verdade e de realidade, com a finalidade de convencer o enunciatário, de fazê-lo crer. Por exemplo, ao utilizar-se do discurso direto, produzido por uma debreagem enunciativa de segundo grau, o narrador cria um efeito de sentido de verdade, pois parece estar repetindo exatamente o que disse a personagem. A sintaxe discursiva ocupa-se, pois, das projeções (de ator, de tempo e de espaço) da enunciação no enunciado e das relações entre enunciador e enunciatário. A semântica discursiva opera com temas e figuras, que são dois patamares sucessivos de concretização do sentido e que geram, respectivamente, os discursos não figurativos e os discursos figurativos.

Um tema é um elemento sêmico cujo plano de conteúdo não é plano de expressão da semiótica do mundo natural. No nosso exemplo, reveste-se o percurso da busca da alegria de viver pelo sujeito com o tema da evasão espacial, que é o deslocamento de alguém no espaço. A figurativização é o revestimento de um tema por figuras, que são elementos sêmicos cujo plano de conteúdo é plano de expressão da semiótica do mundo natural. Em *A cidade e as serras*, o tema da evasão espacial é figurativizado como: Jacinto deixa Paris e parte para Tormes. Como se vê, nesse romance, Paris e Tormes figurativizam, respectivamente, a civilização e a natureza.

O nível temático mantém com o figurativo uma relação de determinação (cf. Hjelmslev, p. 41), uma vez que, nessa relação, o tema é a constante a figura, a variável. Há um texto de Machado de Assis que mostra com perfeição esses dois níveis de concretização do sentido e as relações que eles mantêm entre si:

Gastei trinta dias para ir do Rocio Grande ao Coração de Marcela, não já cavalgando o corcel do cego desejo, mas o asno da paciência, a um tempo manhoso e teimoso. Que, em verdade, há dois meios de granjear a vontade das mulheres: o violento, como o touro de Europa, e o insinuativo, como o cisne de Leda e a chuva de Ouro de Dânae, três inventas do padre Zeus, que, por estarem fora da moda, aí ficam trocados no cavalo e no asno (Memórias póstumas de Brás Cubas, cap. XV).

Nesse texto, o narrador opõe duas figuras "o corcel do cego desejo" vs "o asno da paciência, a um tempo manhoso e teimoso". Em seguida, explicita a oposição temática que subjaz a essas duas figuras: conquista violenta vs conquista insinuativa. Com a figura da comparação, que estabelece uma identidade sêmica parcial, figurativiza esses

percursos temáticos de uma outra maneira: "*touro de Europa*" vs "*cisne de Leda*" e "*chuva de ouro de Dânae*". Assim, o texto mostra que há dois níveis de concretização do sentido e que a figurativização é a variável em relação ao nível temático que é a invariante, uma vez que figuras retiradas do universo mitológico grego equivalem às do corcel e do asno. Além disso, deixa entrever que cada cultura é um repertório de temas e de figuras.

O discurso, em semiótica, é um dos níveis do percurso gerativo de sentido: aquele em que um enunciador, por meio de operações de actorialização, de temporalização e de espacialização, reveste e concretiza os enunciados narrativos. Discurso, em semiótica, é uma categoria do plano de conteúdo.

Antes de passarmos às considerações sobre a terceira ordem de problemas suscitados pelo modelo de geração do sentido, as estruturas textuais, é preciso dizer uma palavra sobre o lugar do investimento ideológico na linguagem.

O componente sintático do discurso garante sua estruturação peculiar e sua relativa autonomia em relação às formações sociais. Mecanismos como o discurso direto, o discurso indireto, o discurso indireto livre, uma vez criados, podem veicular conteúdos de distintas formações ideológicas. O investimento semântico, por seu turno, revela o universo ideológico do sujeito enunciador, pois não é indistinta a busca da "ordem" ou a da "liberdade". Ademais, a sobremodalização das categorias semânticas fundamentais pelos termos da categoria tímica não é neutra, mas manifesta um universo ideológico. Assim, um conto de fadas como *A gata borralheira* revela uma determinada formação ideológica, ao considerar eufóricas as virtudes da obediência, da submissão e da humildade, que são recompensadas, e disfóricas o orgulho e a prepotência, que são castigados. O romance *Justine*, de Sade, mostra um universo ideológico contrário, pois nele disfóricas são o amor ao próximo, a caridade e a bondade, que são sempre castigados, enquanto eufóricas são ludibriar os outros, cometer malvadezas, que são ações premiadas.

O nível por excelência da manifestação ideológica é, porém, o nível discursivo, ou melhor, o nível da semântica discursiva, pois um mesmo objeto-valor como a "liberdade" (elemento da semântica narrativa) pode ser tematizado pela assunção do papel temático do *homo ludens*, ou seja, pelo lazer; pelo direito à diferença, pela não exploração da força de trabalho. Essas três tematizações diferentes do mesmo valor patenteiam formações ideológicas distintas. As duas primeiras pertencem ao universo ideológico que vê a liberdade como a possibilidade de o indivíduo ou de um grupo de

indivíduos libertar-se das coerções sociais. Embora pertençam elas ao mesmo quadro de valores, são distintas: a primeira coloca-se no domínio das opções permitidas; a segunda, no das injunções negativas, desejando tornar, numa dada sociedade, o que é proibido permitido. A terceira pertence a outro universo ideológico, pois vê a liberdade como decorrência da alteração de todo o sistema de relações de produção.

O discurso religioso católico apresenta, em nossos dias, Cristo em dois papéis temáticos distintos: salvador e libertador. Insiste no papel temático "salvador" o discurso de parcelas tradicionais da Igreja. Ressalta o papel "libertador" a parte da Igreja já comprometida com a chamada opção preferencial pelos pobres.

Nos discursos não figurativos, a ideologia patenteia-se num dado conjunto de temas, enquanto nos discursos figurativos revela-se, de maneira explícita, na relação entre temas e figuras, pois o mesmo tema relacionado com figuras distintas pode aparecer em formações ideológicas diferentes. O tema do "exílio" aparece, em Gonçalves Dias, relacionado às figuras da natureza em que a pátria é maior e melhor que a terra do exílio. Isso reflete o momento da constituição da nacionalidade. O mesmo tema aparece, em Murilo Mendes, relacionado às figuras da dominação cultural estrangeira (*"Minha terra tem macieiras da Califórnia / onde cantam gaturamos de Veneza"*).

A determinação do discurso é bastante complexa, pois há um campo da manipulação consciente e um da determinação inconsciente. O campo da manipulação consciente é o da sintaxe discursiva, em que o enunciador lança mão de estratégias argumentativas e de outros procedimentos para criar efeitos de verdade e de realidade, com a finalidade de convencer seu interlocutor. O enunciador organiza sua estratégia discursiva em função de um jogo de imagens: a imagem que ele tem do interlocutor, a que ele pensa que o interlocutor tem dele, a que ele deseja transmitir para o interlocutor etc. (Pêcheux, 1975). É em função desse jogo de imagens que ele usa certos expedientes argumentativos e não outros. Embora este seja o campo da manipulação consciente, pode-se, em virtude de hábitos adquiridos, usar esses recursos de maneira inconsciente.

O campo das determinações inconscientes é constituído de um conjunto de temas e figuras, que constituem maneiras de explicar os fatos do mundo numa dada época e que são oriundos de outros discursos já articulados e cristalizados. Este é o campo de determinação ideológica propriamente dita. Conquanto seja a determinação ideológica inconsciente, pode também ser consciente.

Passemos agora ao problema das estruturas textuais. O modelo semiótico distingue a imanência da manifestação. Imanência é o plano de conteúdo, enquanto a manifestação é o encontro de um plano de conteúdo com um plano de expressão. Este pode ser verbal, pictural, gestual etc. Há necessidade de distinguir a imanência da manifestação, pois o mesmo discurso pode ser manifestado por semióticas diferentes. *Vidas Secas*, por exemplo, foi manifestado pela semiótica verbal e pela semiótica sincrética do cinema. Se o discurso é uma categoria do plano de conteúdo, a união de um plano de conteúdo com um da expressão produz um texto, que é, portanto, uma unidade do nível da manifestação.

Na textualização, agregam-se sentidos originários dos efeitos estilísticos da expressão e o discurso submete-se às coersões que lhe impõe a natureza – espacial ou temporal – do significante. Um discurso manifestado por dois textos distintos apresenta, em virtude desses dois fatores, diferenças de sentido. Os efeitos estilísticos da expressão acrescentam ao plano de conteúdo os sentidos produzidos pelo significante. No verso "*Ringe e range, rouquenha, a rígida moenda*", de Da Costa e Silva, a aliteração do /r/ patenteia o ruído da moenda ao mover-se.

A coerção do material é responsável pelo fato de determinados aspectos do sentido serem mais bem expressos por um plano de manifestação do que por outro. A cor tem importância muito grande no filme *Gritos e Sussurros*, de Bergman. Há todo um sentido derivado do contraste entre tons escuros e tons claros e luminosos. Dificilmente esse sentido seria revelado por um plano verbal de manifestação.

Vejamos um exemplo contrário:

*Amor é fogo que arde sem se ver,
é ferida que dói e não se sente;
é um contentamento descontente,
é dor que desatina sem doer.*

*É um não querer mais que bem querer;
é um andar solitário entre a gente;
é um nunca contentar-se de contente;
é um cuidar que ganha em se perder.*

*É um querer estar preso por vontade;
é servir a quem vence, o vencedor;
é ter com quem nos mata lealdade.*

*Mas como causar pode seu favor
nos corações humanos amizade,*

se tão contrário a si é o mesmo Amor?

Luís de Camões

Nos onze primeiros versos do soneto, o poeta procura definir o amor. Usa, para tanto, a estrutura sintática da definição. São estabelecidas onze metáforas nessa tentativa. Cada uma delas encerra em seu bojo um oxímoro. Assim, a definição inviabiliza-se, pois uma definição não pode apresentar uma contradição interna. O poeta utiliza, nas metáforas, diferentes classes de palavras: primeiro, substantivos concretos; em seguida, substantivos abstratos; depois, infinitivos substantivos; após, infinitivos. Por serem as definições internamente contraditórias, o poeta parece ir sucessivamente abandonando-as. No último terceto, ele abandona sua tentativa de definir o amor e explicita sua perplexidade por meio de uma interrogação. Os efeitos de sentido desse soneto dificilmente seriam obtidos por meio de uma semiótica visual, uma vez que nele tem importância fundamental a estrutura lingüística da definição.

Essa coerção ocorre também quando usamos uma língua e não outra. Daí a dificuldade de tradução do texto poético, que faz largo uso dos efeitos estilísticos de expressão. Se se traduz o verso virgiliano "*Et stetit illa tremens*" por "*E ela parou tremendo*", perdemos o valor sonoro do tremor, dado pela aliteração do /t/.

No nível das estruturas textuais, estudam-se os diferentes procedimentos de textualização. Esses procedimentos dependem das coerções da semiótica empregada para manifestar o discurso. No caso da semiótica verbal, podemos citar, entre outros, três: a linearização; a segmentação, que serve para constituir as unidades textuais como os períodos, os parágrafos etc.; a anaforização, que trata das relações interfrásticas e permite ao enunciador estabelecer e manter uma isotopia discursiva.

O texto é um lugar de manipulação consciente, em que o falante pode organizar os recursos da expressão para veicular, da melhor maneira possível, certo discurso. Uma formação discursiva, que materializa uma formação ideológica, constitui a matéria-prima de que um homem numa dada formação social dispõe para elaborar seus discursos. Este homem, no geral, reproduz em seus discursos os temas e as figuras presentes nos discursos dominantes de uma dada época. No entanto, cada pessoa textualiza diferentemente os temas e as figuras repetidas na maior parte dos discursos produzidos numa certa época, numa dada formação social. O discurso é o lugar do social, enquanto o texto é o lugar por excelência do individual.

A ilusão da liberdade discursiva situa-se no fato de que o texto é individual, ou seja, único e irrepetível. O discurso simula ser individual, porque o texto que o veicula e que, enquanto plano de expressão, não tem sentido, varia de pessoa para pessoa. Entretanto, deve-se ressaltar que, se a textualização é individual, ou seja, subjetiva, essa subjetividade é objetivada, isto é, essa individualidade é socializada, uma vez que é formada por meio de operações modelizantes de aprendizagem, que incluem o aprendizado da língua, da retórica e de modelos textuais.

O mesmo discurso pode manifestar-se por muitos textos diferentes. Por isso, a liberdade de textualizar é muito grande e está condicionada apenas pelos processos modelizantes de aprendizagem, ou seja, pela tradição textual.

Uma teoria geral da linguagem deve estar atenta para as determinações sociais que incidem sobre a linguagem e para a relativa autonomia da linguagem em relação às formações sociais. O estudioso da linguagem, diante da complexidade de seu objeto de pesquisa, deve ter presente a fala de Riobaldo em *Grande Sertão: Veredas*:

Todos estão loucos, neste mundo? Porque a cabeça da gente é uma só, e as coisas que há e que estão para haver são demais de muitas, muito maiores diferentes, e a gente tem que necessitar de aumentar a cabeça para o total.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERTRAND, D. Narrativité et discursivité. *Documents du Groupe de Recherches Sémiolinguistiques*. Paris: E.H.E.S.S. e C.N.R.S. VI, 59, 1984.
- GREIMAS, A.J. e COURTES, J. *Sémiotique: dictionnaire raisonné de la théorie du langage*. Paris: Hachette, 1979.
- HJELMSLEV, L. *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- MARX, K. e ENGELS, F. *Cartas filosóficas e outros escritos*. São Paulo: Grijalbo, 1977.
- _____. *L'idéologie allemande*. Paris: Editions Sociales, 1968. !
- PECHEUX, M. *Analyse automatique du discours*. Paris, Dunod, 1975.